

Um ajuste difícil, do tamanho do problema

Economia - Brasil

O governo promete para o próximo ano um ajuste fiscal, nas contas da União, de R\$ 28 bilhões. Disso deverá resultar um superávit primário, isto é, sem contar os juros, de R\$ 16,4 bilhões. Para os três níveis da administração – União, Estados e municípios –, a idéia é conseguir um superávit primário de R\$ 23,7 bilhões, correspondente a 2,6% do PIB projetado. Não será, evidentemente, um esforço trivial, mas a escolha desse número tem uma boa justificativa. É preciso frear com urgência o endividamento público, ou as funções de governo, em pouco tempo, estarão inteiramente comprometidas. E isto é só uma parte do problema. Sem os juros, sobra o déficit primário. Sua causa mais importante está no sistema previdenciário, principalmente nas pessoas dos funcionários aposentados. Não há como evitar, portanto, um grande esforço para reduzir o déficit da Previdência, tanto pela reforma de longo alcance quanto por medidas de emergência, propostas para vigorar desde o próximo ano.

A dívida pública vem crescendo mais velozmente que a produção brasileira – bem mais depressa, portanto, que a arrecadação de impostos. É urgente, portanto,

estabilizar a relação entre a dívida e o PIB. Essa relação, no próximo ano, deverá chegar a 44,9%, segundo a projeção oficial. A pretensão é reduzi-la para 44,8% no ano seguinte e 44,4% em 2001. O superávit primário proposto para os próximos três anos, 2,65%, 2,8% e 3% do PIB, foi calculado para permitir essa estabilização. O objetivo é definível em termos aritméticos. Poderia ser fixado, portanto, sem um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse acordo, ainda em negociação, deve proporcionar ajuda financeira para a travessia até 2001. O governo poderia, naturalmente, escolher metas mais modestas, mas, nesse caso, o endividamento provavelmente continuaria a aumentar como proporção do PIB.

Não há dogmatismo nem religiosidade na escolha desses números. Deve-se tomá-los como grandes indicadores do problema fiscal. Quanto mais convincente a política de ajuste nos primeiros meses, mais rapidamente o governo poderá reduzir a taxa de juros. Isso ajudará o crescimento da produção, favorecerá a arrecadação de impostos e tornará mais fácil estabilizar a relação dívida/PIB. Pode-se discordar das medidas propostas, mas os termos do

problema são claros. Quem não concordar com as soluções propostas deve sentir-se obrigado, portanto, a apontar outros meios para alcançar o mesmo objetivo global. Quanto ao imperativo de se alcançar esse objetivo não pode haver contestação racional.

O governo central deverá, segundo o programa, apresentar no próximo ano um superávit primário de 1,8% do PIB. Governos de Estados

e prefeituras terão de alcançar um excedente de 0,4%, igual ao das empresas estatais. O acerto fiscal de Estados e municípios, de acordo com o ministro da Fazenda, vai depender, basicamente, do cumprimento dos acordos firmados na renegociação das dívidas. Também se espera, naturalmente, o ajuste dos gastos com pessoal aos limites fixados na Lei Camata. A maioria dos Estados gasta com funcionalismo bem mais que os 60% da receita líquida previstos na lei.

A parte do governo federal envolverá o maior esforço. Sem o ajuste, prevê-se um déficit primário de R\$ 11,6 bilhões. Será preciso cobrir esse buraco e ainda ob-

ter uma sobra de R\$ 16,4 bilhões. É por isso que será necessário um ajuste de R\$ 28 bilhões. Pouco mais de metade desse valor, R\$ 14,8 bilhões, virá de medidas estruturais, cortes de gastos e contribuições de inativos do serviço público, segundo o

É inútil criticar o pacote sem apontar outros meios para um ajuste de igual dimensão

programa anunciado. O resto dependerá de aumentos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O governo também deverá ganhar alguma liberdade no manejo de verbas, com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aumentado de 20% para 40% do valor dos tributos. O FEF neutraliza, em parte, a rigidez orçamentária criada pela Constituição de 1988. A solução definitiva, e correta, deverá ser uma reforma ampla do regime orçamentário e do sistema de impostos. O governo apresentará antes do fim do ano sua proposta de reforma tributária. Será preciso enfrentar esse tema com urgência, ou o crescimento econômico permanecerá travado por grandes obstáculos institucionais.